

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Estudo Técnico Preliminar 9/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 19.21.0016.0012454/2026-72

2. Histórico de revisões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
30/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Equipe de Planejamento da Contratação
29/04/2026	2.0	Alterações solicitadas pela Assessoria de para gerenciamento de licitações - ASSGERLICIT	Equipe de Planejamento da Contratação
01/06/2026	3.0	Alterações solicitadas pela Assessoria para pareceres em processos licitatórios - ASSPROCLI	Equipe de Planejamento da Contratação

3. Previsão da contratação no PCA/MPPI

3.1. Esta aquisição está alinhada com o Plano de Contratações Anual 2026 – PCA do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), conforme especificado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO
5125	Nobreak de 1500VA
44DB	BATERIA SELADA 12V 9A
B9E9	BATERIA SELADA 12V 7A
4EB1	BATERIA SELADA 12V 45A Estacionária

<https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2026/04/PCA-2026-Versao-2.0-MPPI.pdf>

3.2. Nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, Anexo II, subitem 1.5, que trata de Infraestrutura de TIC, os objetos desta contratação não se enquadram como recursos de TIC. Dessa forma, o presente ETP e os demais artefatos seguirão os trâmites ordinários aplicáveis às licitações de bens comuns.

4. Descrição da necessidade

4.1. A aquisição de nobreaks de 1500 VA e baterias (12V com amperagens de 7A, 9A e 45A) para o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) configura-se como suprimento de **infraestrutura elétrica e material de consumo/permanente de natureza geral**. O objeto visa garantir a estabilidade do fornecimento de energia e a integridade das instalações físicas da instituição. Embora tais equipamentos ofereçam suporte indireto à operação de diversos ativos, sua classificação técnica enquadra-se estritamente como **infraestrutura predial de apoio**, não possuindo as características de processamento, armazenamento ou automação que os definiriam como recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da

normativa vigente. Assim, a presente contratação destina-se à mitigação de riscos operacionais decorrentes de oscilações na rede elétrica local, assegurando a proteção eletromagnética e a autonomia energética básica das unidades administrativas.

4.2. Atualmente, o MPPI enfrenta desafios relacionados à instabilidade no fornecimento de energia elétrica, os quais podem comprometer o funcionamento de servidores, estações de trabalho, equipamentos de rede e demais ativos de TIC. Tais eventos podem ocasionar **perda de dados, danos físicos aos equipamentos, indisponibilidade de sistemas institucionais e interrupções na prestação dos serviços**, afetando diretamente a eficiência operacional e o atendimento ao público.

4.3. Registra-se que a última aquisição de nobreaks ocorreu no exercício de 2025, por meio do Contrato nº 43/2025 (Nobreak 1500 VA), enquanto as aquisições mais recentes de baterias foram realizadas também em 2025, por meio dos Contratos nº 47/2025 (Bateria selada 12V 9Ah) e nº 45/2025 (Bateria selada 12V 7Ah). Considerando o caráter **perecível e de vida útil limitada das baterias seladas**, bem como o desgaste natural dos equipamentos ao longo do tempo, evidencia-se a necessidade de reposição periódica desses componentes para garantir a plena funcionalidade dos nobreaks existentes.

4.4. Nesse contexto, a presente contratação contempla a aquisição de **nobreaks de 1500VA e baterias seladas de 12V (7Ah, 9Ah e 45Ah estacionária)**, com a finalidade de atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva, bem como à expansão e reposição do parque tecnológico do órgão.

4.5. As principais necessidades a serem atendidas com a contratação são:

- a) Substituição de nobreaks e baterias fora do período de garantia ou com desempenho comprometido;
- b) Manutenção de estoque mínimo para atendimento ágil às demandas de manutenção e novos projetos;
- c) Garantia de fornecimento de energia elétrica temporária em situações de falhas ou interrupções na rede elétrica;
- d) Proteção dos equipamentos de TIC contra surtos, oscilações e quedas de energia;
- e) Reposição de baterias destinadas à recuperação e manutenção de nobreaks já existentes, inclusive os de maior capacidade;
- f) Redução de riscos de indisponibilidade dos sistemas institucionais e de perdas de dados;
- g) Apoio às atividades da Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU), assegurando maior eficiência na execução de manutenções preventivas e corretivas.

4.6. A contratação visa, portanto, **assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica temporária e a proteção dos ativos de tecnologia da informação**, por meio da disponibilização de equipamentos adequados e em pleno funcionamento.

4.7. Adicionalmente, busca-se suprir a necessidade de reposição de baterias degradadas ou que atingiram o fim de sua vida útil, garantindo a manutenção da eficiência dos sistemas de proteção energética já instalados no ambiente tecnológico do MPPI.

4.8. A não realização da contratação poderá acarretar **elevação dos riscos operacionais**, incluindo falhas na proteção elétrica dos equipamentos, aumento da incidência de indisponibilidade de sistemas, prejuízos à integridade de dados institucionais e comprometimento da continuidade dos serviços prestados pelo órgão.

4.9. Dessa forma, a aquisição proposta contribuirá para **preservar a integridade dos equipamentos, assegurar a disponibilidade dos serviços de TIC, aumentar a confiabilidade da infraestrutura tecnológica e garantir a continuidade das atividades institucionais do MPPI**, estando plenamente alinhada ao planejamento institucional previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA/2026)**.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	MARCOS MACIEL MARTINS BRITO

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos abaixo, com fundamento no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, na **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)** e demais normativos aplicáveis:

Critérios gerais de sustentabilidade

6.1.1. Os fornecedores poderão apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa nº 01 /2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, especialmente quanto:

- I – à utilização de materiais recicláveis, atóxicos ou biodegradáveis;
- II – à observância de requisitos ambientais para certificação por organismos acreditados;
- III – ao uso de embalagens com menor impacto ambiental;
- IV – à ausência de substâncias perigosas acima dos limites estabelecidos em normativos ambientais.

Verificação de conformidade

6.1.2. Nos termos do §2º do art. 5º da IN nº 01/2010, a Administração poderá realizar diligências para verificar a adequação ambiental dos produtos ofertados, caso não haja certificação específica, sendo os custos suportados pela contratada.

Requisitos ambientais específicos para pilhas e baterias

6.1.3. Em conformidade com o Capítulo 26 do Guia da AGU, somente serão admitidas pilhas e baterias cuja composição **respeite os limites máximos de substâncias potencialmente poluentes**, tais como chumbo (Pb), cádmio (Cd) e mercúrio (Hg), conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 401/2008, devendo essa condição ser comprovada por meio de laudo físico-químico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou outro meio idôneo.

Certificação e conformidade técnica

6.1.4. Quando aplicável, especialmente para baterias do tipo chumbo-ácido, os produtos deverão possuir **certificação compulsória do INMETRO**, nos termos da regulamentação vigente, garantindo padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho ambiental.

Logística reversa e destinação ambientalmente adequada

6.1.5. A contratada deverá garantir o **adequado recolhimento das pilhas e baterias utilizadas ou inservíveis**, providenciando seu encaminhamento ao fabricante ou importador, responsável pela destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com:

- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Instrução Normativa IBAMA nº 08/2012;
- Resolução CONAMA nº 401/2008.

6.1.5.1. Poderá ser exigida, quando viável e sem restrição à competitividade, a **logística reversa inclusive para baterias oriundas de contratos anteriores**, conforme prática de mercado.

Vedação de descarte inadequado

6.1.6. É expressamente vedado à contratada realizar formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias, tais como:

- descarte em solo, aterros não licenciados ou corpos d'água;
- queima a céu aberto ou incineração irregular;
- lançamento em redes de drenagem ou locais impróprios.

Responsabilidade ambiental dos agentes envolvidos

6.1.7. Os fabricantes, importadores e, quando aplicável, distribuidores das pilhas e baterias deverão estar devidamente registrados no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP)**, conforme exigências do IBAMA, garantindo rastreabilidade e controle ambiental da cadeia produtiva.

Promoção de boas práticas ambientais

6.1.8. A Administração poderá promover ações internas de conscientização para o descarte adequado de pilhas e baterias, bem como incentivar a utilização de sistemas de coleta seletiva e pontos de entrega voluntária, alinhados às diretrizes do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

Indicação de marcas ou modelos

6.2. Não se verifica a necessidade da indicação de marcas ou modelos, nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

6.3. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

Da vedação de contratação de marca ou produto

6.4. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

Da exigência de amostra

6.5. Não haverá a exigência de amostras para a presente aquisição.

Da exigência de carta de solidariedade para o fornecimento de bens

6.6. Conforme o art. 41, inciso IV da Lei 14.133/2021, "**No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.**"

6.7. Não se trata de uma licitação para o fornecimento de bens com alta complexidade, com isso, **não será exigida a carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.**

Subcontratação, Consórcios e Cooperativa

6.8. Não será admitida a subcontratação do objeto, bem como a participação de empresas em regime de consórcio no presente processo licitatório.

6.8.1. A subcontratação não será permitida, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado. Dessa forma, a execução direta pelo contratado possibilita à Administração manter maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos, o cumprimento dos prazos contratuais e a observância das especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

6.8.2. A participação de empresas em regime de consórcio não será admitida, considerando que os itens a serem adquiridos não apresentam elevado grau de complexidade técnica nem envolvem vulto econômico significativo que justifique a união de empresas para fins de atendimento aos requisitos de habilitação ou de execução contratual. Ademais, trata-se de objeto amplamente ofertado no mercado por diversos fornecedores, os quais possuem plena capacidade de fornecimento de forma individual, não havendo necessidade de formação de consórcio para garantir a competitividade do certame.

6.9. Não será admitida a participação de cooperativas no presente processo licitatório, considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens, com responsabilidade direta do fornecedor quanto à garantia, qualidade, logística de entrega e cumprimento das obrigações contratuais. Nesse contexto, a participação de cooperativas poderia comprometer a adequada caracterização da relação contratual, uma vez que esse tipo de organização possui regime jurídico próprio voltado à prestação de serviços por cooperados, o que não se mostra compatível com a natureza do objeto a ser contratado.

Garantia da contratação

6.10. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de bens de consumo durável cuja entrega se dará de forma única e em prazo determinado, com garantia técnica de funcionamento prevista nas especificações do Termo de Referência e assegurada pelo fabricante ou fornecedor.

6.10.2. Tendo em vista que não se trata de fornecimento continuado, prestação de serviço com dedicação de mão de obra ou entrega parcelada, e que os riscos à Administração após o recebimento definitivo dos itens são mínimos, não se justifica a exigência de garantia contratual adicional.

6.10.3. Ademais, o contrato preverá, conforme legislação vigente, mecanismos adequados de controle e penalização, como a retenção de pagamentos, a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações assumidas e o cumprimento da garantia de funcionamento dos itens, conforme os prazos mínimos exigidos no Termo de Referência.

Desempate ficto em favor de ME/EPP

6.11. Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, empresas ME e EPPs têm tratamento diferenciado e podem ser favorecidas em contratações públicas.

6.11.1. Esse tratamento diferenciado será aplicado aos lotes com valor de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, em conformidade com o § 8º do Art. 5º do Decreto Estadual nº 16.212/2015, autorizado conforme o Art. 190, inciso III do Decreto Estadual 21.872, de 07 de março de 2023.

6.11.2. Nessas condições, as propostas de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.4. Caso a microempresa - ME ou a empresa de pequeno porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa - ME e empresa de pequeno porte EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: I - empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí.

6.11.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Piauí.

6.11.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia em qualquer Estado do Brasil.

Margem de Preferência

6.12. Conforme o disposto no Art. 26 da Lei nº 14.133/2021, a análise de viabilidade de aplicação de margem de preferência normal e adicional foi considerada nesta contratação. A margem de preferência tem como objetivo incentivar a aquisição de bens e serviços desenvolvidos no território nacional, promovendo o desenvolvimento econômico, tecnológico e a geração de empregos no país.

6.13. O objeto da contratação **enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890/2024**, conforme disposto na **Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS**, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.14. O prazo de garantia contratual para os **Nobreaks de 1500 VA**, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, com prestação do serviço **"On-Site"**.

6.14.1. A exigência de uma **garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os nobreaks** justifica-se pela necessidade de assegurar a confiabilidade, durabilidade e desempenho contínuo desses equipamentos críticos para o MPPI. A garantia estendida oferece maior segurança ao órgão, garantindo suporte técnico, manutenção e substituição em caso de falhas, reduzindo o risco de paradas inesperadas e custos adicionais com reparos ou reposições.

6.15. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.16. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.17. O prazo de garantia contratual para as **Baterias**, complementar à garantia legal, será de, **no mínimo, 12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, com prestação do serviço **"On-Site"**.

6.18. CONTRATADA deverá disponibilizar canais de acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para abertura de chamados técnicos, com o objetivo de resolver problemas e esclarecer dúvidas quanto ao funcionamento dos objetos. Todos os chamados, independentemente de sua criticidade, deverão ser abertos em um único número telefônico.

6.19. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.19.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.20. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.21. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

6.22. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.23. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.24. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.25. A movimentação dos equipamentos entre localidades NÃO exclui a garantia.

6.26. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia e todas as despesas relativas a execução do serviço será de responsabilidade do Contratado.

6.27. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.28. O atendimento **"on-site"** será realizado nas dependências do MPPI no endereço **Rua Álvaro Mendes, 2294 – Centro, Teresina/PI - CEP 64000-060**, durante o horário de expediente do órgão (**8:00 às 17:00**), de segunda a sexta-feira (exceto feriados) e com agendamento prévio.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Entre as soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade identificada, verifica-se que a alternativa mais adequada consiste na **aquisição de nobreaks de 1500VA e baterias seladas de 12V (7Ah, 9Ah e 45Ah estacionária)**, destinados à proteção elétrica e à manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI). Tais itens são essenciais para garantir a continuidade do fornecimento de energia temporária e a reposição de componentes desgastados nos equipamentos já existentes.

7.2. O objeto demandado possui diversas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, nas esferas federal,

estadual e municipal, não se tratando, portanto, de demanda exclusiva ou incomum no mercado.

7.3. Os itens especificados neste estudo são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo amplamente disponíveis no mercado e comercializados por diversos fornecedores especializados em equipamentos de energia, proteção elétrica e infraestrutura de TI, o que possibilita ampla competitividade no certame.

7.4. Considerando as características dos itens e a possibilidade de consumo parcelado ao longo do período contratual, o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** apresenta-se como alternativa viável para a contratação, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

7.5. Ressalta-se que foi avaliada a possibilidade de contratação de **empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nobreaks**, incluindo fornecimento de baterias e demais insumos. Entretanto, tal alternativa não se mostrou viável no presente momento, tendo em vista que **o custo estimado para essa solução não foi aprovado pela Administração Superior**, inviabilizando sua adoção no âmbito deste processo.

7.6. Ademais, considerando que a equipe técnica da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) possui capacidade operacional para execução das atividades de substituição de baterias e manutenção básica dos nobreaks, conclui-se que a **aquisição direta dos equipamentos e insumos** apresenta-se como solução mais econômica e eficiente, permitindo maior autonomia administrativa e redução de custos operacionais.

7.7. A aquisição dos nobreaks e baterias seladas constitui prática comum no âmbito da Administração Pública, sendo itens frequentemente adquiridos por órgãos e entidades governamentais para assegurar a proteção de equipamentos de TIC e a continuidade dos serviços institucionais.

7.8. Verifica-se, no mercado, ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos itens a serem adquiridos, com capacidade de atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste documento, o que favorece a competitividade do certame e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

7.9. Diante das informações levantadas, da análise das soluções disponíveis no mercado e considerando o histórico de contratações similares realizadas por este órgão, conclui-se que a **aquisição de nobreaks e baterias seladas** representa a solução mais adequada, viável e economicamente vantajosa para atender às necessidades institucionais do MPPI, garantindo a continuidade dos serviços de TIC, a proteção dos equipamentos e a eficiência das atividades de manutenção realizadas pela equipe técnica.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Fichas técnicas e catálogos:

- 8.1.1. A licitante deve apresentar, sob pena de desclassificação, documentações oficiais do fabricante que comprovem, de forma inequívoca, que os equipamentos ofertados atendem integralmente às exigências do edital.
- 8.1.2. Serão aceitas apenas documentações oficiais do fabricante, como fichas técnicas, catálogos, páginas web, declarações, entre outros. Essas documentações devem conter informações claras sobre a marca, modelo e código de identificação (Part Number, SKU ou equivalente) dos equipamentos, quando houver, permitindo a verificação precisa da conformidade das características dos equipamentos ofertados com as exigências do edital.
- 8.1.3. Não serão aceitas documentações técnicas dúbias ou que descrevam apenas todas as possíveis características da linha ou modelo do equipamento ofertado. A documentação técnica será rigorosamente analisada pelo departamento técnico deste órgão, que verificará a conformidade dos equipamentos com as exigências do termo de referência. Licitantes que ofertarem equipamentos que não atenderem integralmente às exigências do edital, incluindo a necessidade de comprovações adequadas, serão desclassificados.

8.2. Especificações técnicas dos bens que compõem a solução.

- 8.2.1. Serão aceitas variações dimensionais de até ±5% e de capacidade dentro da faixa especificada, desde que compatíveis com os equipamentos existentes.

Nobreaks 1500VA

CATMAT: 614404

Item	Especificação Técnica
Características Gerais	Nobreak microprocessado (RISC) com memória Flash interna
	Tecnologia Interativo (Line Interactive)
	Autoteste para verificação das condições iniciais
	Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start)
	Recarga automática da bateria com o nobreak desligado
	Função True RMS
	Função Auto-Restart
	Comunicação USB (opcional)
	Botão liga/desliga temporizado
Potência	Potência nominal: 1500VA
	Potência contínua: ≥ 700W
	Fator de potência: 0,5
	Tensão bivolt automático (115V – 220V)

Entrada	Faixa: 90V–145V / 175V–264V
	Frequência: 45Hz – 65Hz
	Fase: Monofásico
	Cabo com plugue tripolar 10A (NBR 14136)
Saída	Tensão nominal: 115V – 120V
	Frequência: 50Hz/60Hz ±0,1%
	Forma de onda: Semi-senoidal
	Mínimo de 6 tomadas 10A padrão NBR 14136
Bateria	Compatível com grupo gerador
	Tensão de operação: 24V
	Tipo: Chumbo-ácida selada VRLA, livre de manutenção
Proteção	Quantidade: 2 baterias internas de 7Ah/12V
	Sobrecarga: Sim
	Curto-circuito: Sim
	Desligamento por potência mínima: Sim
	Proteção por temperatura: Sim
	Bateria mínima: Sim
	Entrada com fusível rearmável
Sinalização Visual	Rede normal: Sim
	Bateria sem carga: Sim
	Desligamento por proteção: Sim
	Bateria baixa: Sim
	Inversor ativo: Sim
	Rede alta/baixa: Sim
	Carga mínima: Sim
	Sobretensão: Sim
	Potência excessiva: Sim (opcional)
	Troca de bateria: Sim (opcional)
Sinalização Sonora	Temperatura: Sim (opcional)
	Inversor ativo: Sim
	Desligamento por proteção: Sim
	Potência excessiva: Sim
Dimensões	Função Mute: Sim
	Gabinete plástico antichamas ou metálico com pintura epóxi
	Cor: Preto
	Ventilação forçada interna
Garantia	Cabo mínimo de 1m com plugue NBR 14136
	≥ 36 meses on-site
Certificações	O equipamento deverá possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, quando aplicável, bem como atender às exigências da Resolução CONAMA nº 401/2008 quanto aos limites de substâncias potencialmente poluentes.
	O fabricante ou importador deverá estar devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA.
	Deverá ser comprovada a existência de sistema de logística reversa para destinação ambientalmente adequada das baterias, conforme a Lei nº 12.305/2010.
	Serão aceitas certificações internacionais equivalentes, tais como normas IEC, ISO ou outras, desde que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos exigidos.
Comprovações	
	Documentação técnica do fabricante obrigatória
	Documentos devem estar disponíveis na internet
	Indicar links na proposta
	Certificações exigidas devem ser apresentadas
	Não será aceita apenas declaração do licitante
	Informar itens extras com marca/modelo
	Informar assistência técnica autorizada
	Apresentar catálogos, folders ou declarações do fabricante
	Todas as especificações devem ser comprovadas

Bateria selada 12V 7A

CATMAT: 483860

Item	Especificação Técnica
Características Gerais	Tipo: Selada chumbo-ácido (VRLA)
	Tensão nominal: 12V
	Capacidade nominal: 7Ah
	Comprimento: 151 mm
	Largura: 65 mm
	Altura total: 100 mm
	Peso: entre 1,8 kg e 2,1 kg
	Tipo de terminal: Faston 187
	Garantia: ≥12 meses
Certificações	O equipamento deverá possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, quando aplicável, bem como atender às exigências da Resolução CONAMA nº 401/2008 quanto aos limites de substâncias potencialmente poluentes.
	O fabricante ou importador deverá estar devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA.
	Deverá ser comprovada a existência de sistema de logística reversa para destinação ambientalmente adequada das baterias, conforme a Lei nº 12.305/2010.
	Serão aceitas certificações internacionais equivalentes, tais como normas IEC, ISO ou outras, desde que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos exigidos.
Comprovações	Apresentar documentação técnica do fabricante comprovando os requisitos
	Documentação deve ser pública e disponível na internet
	Informar, na proposta, os links de acesso aos documentos
	Apresentar certificações quando exigidas
	Não será aceita apenas declaração do licitante como comprovação
	Informar itens extras (marca, modelo e quantidade), se houver
	Indicar assistência técnica autorizada do fabricante
	Apresentar catálogos, folders ou declarações do fabricante
	Comprovar explicitamente todas as características técnicas exigidas
	Ausência de comprovação poderá resultar na desclassificação

Bateria selada 12V 9A

CATMAT: 330047

Item	Especificação Técnica
Características Gerais	Tipo: Selada chumbo-ácido (VRLA)
	Tensão nominal: 12V
	Capacidade nominal: 9Ah
	Comprimento: 151 mm
	Largura: 65 mm
	Altura total: 100 mm
	Peso: entre 2,0 kg e 3,0 kg
	Tipo de terminal: Faston 187
	Garantia: ≥12 meses
	O equipamento deverá possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, quando aplicável, bem como atender às exigências da Resolução CONAMA nº 401/2008 quanto aos limites de substâncias potencialmente poluentes.
	O fabricante ou importador deverá estar devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA.

Certificações	Deverá ser comprovada a existência de sistema de logística reversa para destinação ambientalmente adequada das baterias, conforme a Lei nº 12.305/2010.
	Serão aceitas certificações internacionais equivalentes, tais como normas IEC, ISO ou outras, desde que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos exigidos.
Comprovações	Apresentar documentação técnica do fabricante comprovando os requisitos
	Documentação deve ser pública e disponível na internet
	Informar, na proposta, os links de acesso aos documentos
	Apresentar certificações quando exigidas
	Não será aceita apenas declaração do licitante como comprovação
	Informar itens extras (marca, modelo e quantidade), se houver
	Indicar assistência técnica autorizada do fabricante
	Apresentar catálogos, folders ou declarações do fabricante
	Comprovar explicitamente todas as características técnicas exigidas
	Ausência de comprovação poderá resultar na desclassificação

Bateria Estacionária 12V 45Ah (Nobreak)

CATMAT: 435918

Item	Especificação Técnica
Características Gerais	Tipo: Bateria selada chumbo-ácido (VRLA), estacionária
	Tensão nominal: 12V
	Capacidade nominal: 45Ah a 50Ah
	Capacidade C10: 41Ah
	Capacidade C20: 45Ah
	Capacidade C120: 50Ah
	Tensão de flutuação: 13,2V a 13,38V @ 25°C
	Tensão de equalização: 14,16V a 14,4V @ 25°C
	Peso: entre 11,5 kg e 12,5 kg
	Dimensões aproximadas: Comprimento 21,2 cm / Largura 17,5 cm / Altura 17,5 cm
	Livre de manutenção: Sim
Certificações	O equipamento deverá possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, quando aplicável, bem como atender às exigências da Resolução CONAMA nº 401/2008 quanto aos limites de substâncias potencialmente poluentes.
	O fabricante ou importador deverá estar devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA.
	Deverá ser comprovada a existência de sistema de logística reversa para destinação ambientalmente adequada das baterias, conforme a Lei nº 12.305/2010.
	Serão aceitas certificações internacionais equivalentes, tais como normas IEC, ISO ou outras, desde que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos exigidos.
Aplicações	Nobreaks (UPS)
	Sistemas de telecomunicações
	PABX
	Centrais telefônicas
	Iluminação de emergência e sinalização
	Sistemas de alarmes e vigilância eletrônica

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no **histórico de utilização de nobreaks e baterias seladas**, nas demandas recorrentes relacionadas à manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), bem como na necessidade de **reposição e expansão do parque de equipamentos de proteção elétrica** e recomposição do estoque do almoxarifado institucional.

9.2. Foram considerados, para fins de estimativa, os seguintes fatores:

- histórico de falhas e substituições de baterias em nobreaks já instalados;
- vida útil limitada das baterias seladas (VRLA), que demandam substituição periódica;
- necessidade de manutenção preventiva e corretiva dos nobreaks existentes;
- ampliação e adequação da infraestrutura tecnológica do órgão;
- atendimento às demandas das diversas unidades administrativas e promotorias do MPPI;
- necessidade de manter estoque mínimo estratégico para atendimento imediato às ocorrências de falhas.

9.3. Os itens a serem adquiridos constituem componentes essenciais para a **proteção elétrica e continuidade operacional dos equipamentos de TIC**, sendo utilizados em atividades de substituição de equipamentos defeituosos, reposição de baterias degradadas e implementação de novas soluções de proteção energética.

9.4. A definição dos quantitativos buscou assegurar o atendimento das demandas institucionais ao longo do período de vigência da contratação, evitando tanto a **insuficiência de equipamentos e insumos**, que poderia comprometer a continuidade dos serviços de TI, quanto o **excesso de aquisição**, que poderia resultar em imobilização desnecessária de recursos públicos.

9.5. Dessa forma, as quantidades estimadas refletem uma projeção de consumo baseada na **demanda institucional, no histórico de manutenção e no planejamento das atividades de sustentação da infraestrutura tecnológica**, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e maior agilidade no atendimento às demandas da área de TIC.

9.6. Ressalta-se que os quantitativos indicados representam **estimativas de consumo**, podendo variar de acordo com as necessidades operacionais do órgão, especialmente em função de fatores como **expansão da infraestrutura tecnológica, abertura de novas unidades, substituição emergencial de equipamentos ou aumento da demanda por soluções de proteção elétrica**.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD
1	614404	Nobreak de 1500VA	200
2	330047	BATERIA SELADA 12V 9A	200
3	483860	BATERIA SELADA 12V 7A	200
4	435918	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 45A (Nobreak)	12

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 181.417,16

10.1. A estimativa do valor do Registro de Preços é de **R\$ 181.417,16 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e dezessete reais e dezesseis centavos)**.

10.2. Os cálculos, o Mapa Comparativo de Preços e o relatório de cotação gerado pela plataforma www.bancodeprecos.com.br encontram-se devidamente anexados a este documento, para fins de comprovação da estimativa de custos e embasamento da análise de viabilidade econômica.

10.3. As fontes pesquisadas para a pesquisa foram baseadas nos **incisos I, II e III do art. 5º, da IN nº 65/2021**, do Ministério da Economia.

10.4. Foram **DESCONSIDERADOS** os valores superiores a 25% da média total (geral), conforme o Cap. 3, Inc. XXV do Manual de Pesquisa de Preços do STJ, bem como os valores inferiores a 75% da média simples da série de preços coletados.

10.5. Os portais selecionados para a pesquisa são empresas consolidadas no mercado, reconhecidas por fornecer equipamentos de eletrônicos de qualidade tanto para o setor público quanto para o privado.

10.6. O método estatístico adotado foi a **média dos valores válidos**, conforme orienta o Manual de Pesquisa de Preços do STJ 4ª edição.

10.6.1. A justificativa para a alternância de critérios estatísticos se baseia nas explicações do Manual de Orientação - Pesquisa de preços - 4ª Edição do Superior Tribunal de Justiça. Todos os dados necessários se encontram no Mapa Comparativo de Preços.

"Um dos parâmetros passíveis de serem utilizados para definir quando utilizar a média ou a mediana é fazer uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação. O coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio." (Manual de Orientação - Pesquisa de preços - 4ª Edição|Lei 14.133/2021 - STJ)

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL ESTIMADO
1	1	614404	Nobreak de 1500VA	200	R\$ 635,38 (média)	R\$ 127.076,00
Valor Lote 1:						R\$ 127.076,00
2	2	330047	BATERIA SELADA 12V 9A	200	R\$ 135,17 (média)	R\$ 27.034,00
	3	483860	BATERIA SELADA 12V 7A	200	R\$ 104,65 (média)	R\$ 20.930,00
	4	435918	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 45A (Nobreak)	12	R\$ 531,43 (média)	R\$ 6.377,16
Valor Lote 2:						R\$ 54.341,16
VALOR GLOBAL						R\$ 181.417,16

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A modelagem de parcelamento do objeto foi adotada por meio da **divisão em lotes**, considerando sua viabilidade técnica e econômica, em estrita observância ao art. 40, inciso V, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021. O objeto foi dividido em dois lotes distintos, separando o equipamento principal (Nobreaks - Lote 1) dos seus respectivos suprimentos de reposição (Baterias - Lote 2).

11.2. Essa separação (Lote 1 x Lote 2) mostra-se adequada e amplia a competitividade, uma vez que respeita a especialização do mercado. Permite que empresas focadas na venda de equipamentos disputem o Lote 1, enquanto distribuidores de suprimentos e acumuladores de energia foquem no Lote 2, não obrigando um fornecedor a dominar cadeias logísticas diferentes.

11.3. Por outro lado, optou-se pelo **agrupamento interno dos Itens 2, 3 e 4 na formação do Lote 2**. Tal agrupamento é técnico e economicamente vantajoso devido à similaridade e correlação da cadeia logística desses bens (todos são baterias seladas/estacionárias).

11.4. A adjudicação em bloco do Lote 2 garante a economia de escala e mitiga o risco de licitação deserta ou fracassada para o Item 4 (Bateria Estacionária 12V 45A), que possui um quantitativo significativamente menor e baixo valor agregado em relação aos demais. Se licitado como item isolado, o Item 4 poderia não atrair o interesse do mercado em virtude dos custos de frete e operação; ao ser agrupado em lote com os itens de maior volume, torna-se comercialmente atrativo.

11.5. A estruturação em lotes também evita a pulverização excessiva de contratos, o que geraria um custo administrativo desproporcional à Administração para gestão, empenho, liquidação e fiscalização.

11.6. Dessa forma, conclui-se que a modelagem da contratação por **lotes** atende plenamente ao interesse público, aliando a viabilidade técnica à vantajosidade econômica (economia de escala no fornecimento conjunto de baterias), mitigando riscos de desabastecimento e promovendo eficiência e racionalidade administrativa na futura gestão contratual.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Para esta solução **não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência** com o objeto da compra pretendida para essa finalidade, especificamente.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A aquisição pretendida **está alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da instituição**. Além disso, **está previsto no Plano de Contratação Anual da instituição**.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A contratação para aquisição de **nobreaks de 1500VA e baterias seladas de 12V (7Ah, 9Ah e 45Ah/50Ah)** proporcionará benefícios diretos às atividades desempenhadas pela Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), unidade responsável pelo suporte técnico e pela manutenção da infraestrutura tecnológica institucional.

14.2. A disponibilização desses equipamentos permitirá a adequada execução das atividades de **proteção elétrica, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de energia ininterrupta**, assegurando maior estabilidade no funcionamento das estações de trabalho, equipamentos de rede e demais ativos de TIC, especialmente em situações de oscilações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica.

14.3. Além disso, a recomposição e manutenção do estoque de baterias seladas possibilitará maior agilidade na **substituição de componentes degradados ou inoperantes**, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos equipamentos protegidos por nobreaks e garantindo maior continuidade dos serviços de tecnologia da informação prestados às unidades administrativas e finalísticas do MPPI.

14.4. A contratação contribuirá, ainda, para a **redução de riscos operacionais**, tais como perda de dados, danos a equipamentos e interrupções abruptas de sistemas institucionais, promovendo maior segurança e confiabilidade à infraestrutura tecnológica do órgão.

14.5. Dessa forma, a contratação fortalecerá as atividades de suporte técnico de TIC no âmbito do MPPI, assegurando melhores condições operacionais para a equipe responsável pela gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica, além de contribuir para a continuidade dos serviços institucionais.

14.6. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

- **Garantia de continuidade operacional das unidades administrativas**, por meio da disponibilização de sistemas de energia ininterrupta eficientes;
- **Proteção do patrimônio institucional**, com a redução de riscos de danos a equipamentos elétricos e eletrônicos decorrentes de falhas ou oscilações na rede de energia;
- **Maior confiabilidade e estabilidade da infraestrutura de suporte físico** das sedes do MPPI;

- **Aumento da agilidade na manutenção predial preventiva e corretiva**, assegurando a pronta substituição de componentes (baterias) em equipamentos de proteção elétrica;
- **Redução do tempo de inatividade das atividades finalísticas**, mitigando interrupções causadas por eventos externos na rede elétrica;
- **Melhoria na gestão de ativos**, garantindo que os dispositivos de proteção elétrica operem em sua capacidade plena;
- **Otimização do fluxo de suprimentos**, evitando a descontinuidade das atividades administrativas por falta de insumos básicos (baterias);
- **Fortalecimento da autonomia das equipes de suporte logístico**, provendo os meios necessários para a execução célere de manutenções de rotina.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não serão necessárias adequações estruturais relevantes no ambiente interno da Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) ou de outras unidades do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) para o recebimento e utilização dos equipamentos a serem adquiridos, tendo em vista que os itens são compatíveis com a infraestrutura tecnológica já existente e amplamente utilizados no âmbito institucional.

15.2. A unidade demandante deverá indicar servidor ou equipe tecnicamente qualificada para atuar na **gestão e fiscalização do contrato**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, cabendo a esse(s) agente(s) acompanhar a execução contratual, verificar a conformidade dos equipamentos fornecidos com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório e atestar o recebimento dos produtos.

15.3. Deverá ser realizado o planejamento logístico para **recebimento, conferência, armazenamento e transporte interno dos equipamentos**, observando-se, especialmente, as condições adequadas de acondicionamento das baterias seladas, tais como proteção contra umidade, temperaturas elevadas e manuseio inadequado, bem como os procedimentos de controle patrimonial e de gestão de almoxarifado adotados pelo MPPI.

15.4. Após a entrega dos produtos, deverá ser efetuada a **conferência quantitativa e qualitativa**, incluindo a verificação do atendimento às especificações técnicas, integridade física dos equipamentos, prazos de garantia, certificações exigidas e, no caso das baterias, a verificação de condições adequadas de fabricação e validade.

15.5. A Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) deverá realizar o planejamento da **instalação, substituição e utilização dos nobreaks e baterias**, de forma a garantir a adequada distribuição dos equipamentos e insumos, priorizando unidades críticas e ambientes com maior risco de interrupção de energia elétrica.

15.6. As embalagens e resíduos decorrentes da entrega e substituição de baterias deverão receber **destinação ambientalmente adequada**, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), devendo ser observadas as diretrizes de logística reversa para baterias, a fim de minimizar impactos ambientais.

15.7. Sempre que necessário, deverá ser promovida **orientação técnica à equipe responsável pela instalação e manutenção**, quanto às boas práticas de manuseio, armazenamento e substituição de baterias seladas, visando garantir a segurança operacional e a durabilidade dos equipamentos.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Na aquisição dos objetos listados neste ETP, é essencial avaliar e mitigar os potenciais impactos ambientais associados ao ciclo de vida desses produtos. Abaixo, são descritos os principais impactos ambientais e as medidas mitigadoras que serão adotadas pelo MPPI:

16.2. Ainda assim, em conformidade com os princípios da sustentabilidade nas contratações públicas e com as orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, são identificados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.

Impactos Ambientais:

- A produção de nobreaks e baterias requer a extração de matérias-primas, como metais, plásticos e componentes químicos, o que pode resultar na degradação ambiental e na depleção de recursos naturais não renováveis;
- As baterias seladas contêm substâncias químicas tóxicas, como chumbo e ácido sulfúrico, que, se descartadas inadequadamente, podem contaminar o solo e a água, causando sérios danos ao meio ambiente e à saúde pública;
- A fabricação e o transporte dos nobreaks, baterias e mousepads geram emissões de CO₂, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas;
- O descarte inadequado dos nobreaks e baterias ao fim de sua vida útil pode resultar na geração de resíduos eletrônicos (e-waste), que são difíceis de tratar e reciclar, aumentando o impacto ambiental.

Medidas Mitigadoras:

- Priorizar a compra de nobreaks e baterias com certificações de eficiência energética e vida útil prolongada, reduzindo o consumo de energia durante o uso e a necessidade de substituições frequentes;
- Estabelecer um programa de coleta seletiva, reuso e reciclagem de baterias e nobreaks, garantindo que ao término de sua vida útil, sejam encaminhados para empresas especializadas em reciclagem de e-waste, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Implementar práticas seguras para o manuseio, armazenamento e descarte de baterias, minimizando o risco de contaminação ambiental;
- Solicitar à contratada a utilização de embalagens reduzidas e feitas de materiais recicláveis ou biodegradáveis, diminuindo o volume de resíduos gerados durante a entrega dos produtos;

- Promover campanhas de sensibilização e treinamento para os usuários sobre o uso eficiente dos nobreaks, incentivando práticas que prolonguem a vida útil dos equipamentos e reduzam o consumo de energia;
- Compensar as emissões de CO2 associadas à produção e transporte dos nobreaks e baterias por meio de ações como o plantio de árvores ou a compra de créditos de carbono, contribuindo para a neutralização da pegada de carbono do projeto;

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se tecnicamente **viável**, operacionalmente necessária e economicamente vantajosa para o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), tendo em vista a necessidade de assegurar a **continuidade e a resiliência da infraestrutura de apoio predial**, especialmente no que se refere à proteção elétrica de ativos e à manutenção de sistemas de energia ininterrupta.

Do ponto de vista técnico, a aquisição de nobreaks de 1500VA e baterias seladas de 12V (7Ah, 9Ah e 45Ah) apresenta-se como solução adequada para mitigar os impactos decorrentes de falhas, oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica, garantindo maior estabilidade no funcionamento de **estações de trabalho e demais periféricos administrativos**. Trata-se de itens de mercado com especificações padronizadas e ampla compatibilidade com a rede elétrica existente no órgão, não demandando adaptações complexas para sua implementação.

Sob a perspectiva operacional, a contratação atende às demandas recorrentes de **manutenção de infraestrutura**, possibilitando a revisão preventiva e corretiva dos nobreaks já instalados, bem como a substituição de baterias degradadas, cuja vida útil é limitada por reações químicas naturais. A disponibilidade desses insumos permitirá maior agilidade no atendimento às unidades administrativas e promotorias, reduzindo o tempo de ociosidade forçada por quedas de energia e aumentando a eficiência das atividades de suporte administrativo e logístico.

A contratação apresenta-se vantajosa ao permitir a redução de custos diretos e indiretos associados a distúrbios elétricos, tais como a queima de placas, fontes e outros componentes sensíveis, além de possibilitar maior autonomia da equipe técnica interna na execução das trocas de baterias. A adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a eficiência na gestão orçamentária, permitindo aquisições escalonadas sob demanda.

A contratação observa rigorosamente os requisitos legais, incluindo a **logística reversa obrigatória** para as baterias inservíveis, em estrita conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo o descarte ambientalmente adequado.

Por fim, a contratação está alinhada ao planejamento institucional, prevista no Plano de Contratações Anual (PCA/2026), e contribui diretamente para a sustentação das atividades finalísticas do MPPI, ao garantir que a infraestrutura física de apoio permaneça operacional para o desempenho das funções institucionais. Diante do exposto, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

ITALO GARCIA
ARAUJO

NOGUEIRA:917351143
91

ITALO GARCIA ARAUJO NOGUEIRA

Integrante requisitante

Digitally signed by ITALO
GARCIA ARAUJO
NOGUEIRA:91735114391
Date: 2026.06.01 11:48:59
-03'00'

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

JOAO CARLOS
BARBOSA DOS
SANTOS:01447280369

JOAO CARLOS BARBOSA DOS SANTOS

Assinado de forma digital por JOAO
CARLOS BARBOSA DOS
SANTOS:01447280369
Dados: 2026.06.01 10:46:00 -03'00'

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

BRENO REIS DO
NASCIMENTO:0
0322019150

Assinado de forma digital
por BRENO REIS DO
NASCIMENTO:00322019150
Dados: 2026.06.01 11:53:12
-03'00'

BRENO REIS DO NASCIMENTO
Integrante administrativo